

I - RELATÓRIO

Trata-se de Indicação Legislativa nº. 376/2021, do Deputado Marcelo Dino, que solicita ao Exmo. Sr. Governador, com vistas ao Secretário de Estado da Casa Civil, Nicola Moreira Miccione e ao Secretário de Estado de Ciência, Tecnológica e Inovação, Sérgio Luiz Costa Azevedo Filho, que seja implementado o programa "Rio Hackathon" em prol da administração pública do Estado do Rio de Janeiro.

II - PARECER DO RELATOR

Por se tratar de uma matéria meritória do nobre Deputado Marcelo Dino e não havendo nenhum impedimento regimental para a sua tramitação nesta casa legislativa, opino por parecer FAVORÁVEL à Indicação Legislativa nº. 376/2021.

Sala das Comissões, 02 de setembro de 2021
(a) Deputado ROSENVERG REIS - Relator

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE INDICAÇÕES LEGISLATIVAS, na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2021, aprovou o parecer do Relator, FAVORÁVEL à Indicação Legislativa nº. 376/2021.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2021
(a) Deputados: EURICO JUNIOR - Presidente; BRUNO DAUAIRE - Vice-Presidente; ROSENVERG REIS e SUBTENENTE BERNARDO, membros efetivos.

*PARECER

DA COMISSÃO DE INDICAÇÕES LEGISLATIVAS À INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº. 354/2021, QUE SOLICITA AO EXCELENTÍSSIMO SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O ENVIO DE MENSAGEM DISPONDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLOS PARA O TREINAMENTO DE TODOS OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ENVOLVIDOS NO PROCEDIMENTO DE VACINAÇÃO DO COMBATE AO CORONAVÍRUS.
Autor: Deputado RUBENS BOMTEMPO
Relator: Deputado SUBTENENTE BERNARDO

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO

Trata-se da Indicação Legislativa nº. 354/2021, do Deputado Rubens Bomtempo, que solicita ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, o envio de mensagem, promovendo a implantação de protocolos, visando o treinamento de todos os profissionais de saúde de nosso Estado, envolvidos no procedimento de vacinação no combate ao Coronavírus.

II - PARECER DO RELATOR

Por se tratar de uma matéria meritória do nobre Deputado Rubens Bomtempo e não havendo nenhum impedimento regimental para a sua tramitação nesta casa legislativa, opino por parecer FAVORÁVEL à Indicação Legislativa nº. 354/2021.

Sala das Comissões, 08 de setembro de 2021
(a) Deputado SUBTENENTE BERNARDO - Relator

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE INDICAÇÕES LEGISLATIVAS, na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2021, aprovou o parecer do Relator, FAVORÁVEL à Indicação Legislativa nº. 354/2021.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2021
(a) Deputados: EURICO JUNIOR - Presidente; BRUNO DAUAIRE - Vice-Presidente; ROSENVERG REIS e SUBTENENTE BERNARDO, membros efetivos.

*(Replicado por haver saído com incorreções.)

COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às dez horas, realizou-se a terceira reunião extraordinária da Comissão da Pessoa com Deficiência, por meios digitais, de acordo com o Art. 6º do Ato da Mesa Diretora "N"/MD/Nº 651/2020, com a presença dos Senhores Deputados Marcelo Cabelheiro - Presidente, Franciane Motta - Vice-Presidente, e Rosane Félix, membros efetivos deste órgão técnico. Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e submeteu à aprovação dos senhores deputados a realização de audiência pública sobre a regulamentação da Lei Estadual nº 8.022/2018, que trata da unificação dos passes; o planejamento de evento pelo dia nacional da pessoa com deficiência; e ainda a discussão sobre o fortalecimento dos conselhos da pessoa com deficiência, na política pública estadual. Em discussão e votação, foram aprovados todos os temas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e suspendeu os trabalhos para que eu, Carlos Chagas Diniz, Secretário, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, encerrando-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Sala das Comissões, em dez de agosto de dois mil e vinte e um. (a) Carlos Chagas Diniz - Secretário; Deputado Marcelo Cabelheiro - Presidente.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A QUEDA NA ARRECADAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REFERENTE ÀS RECEITAS COMPENSATÓRIAS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS.
(RESOLUÇÃO Nº 372/2021)

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e um, na sala 301 do Edifício Lúcio Costa, Sala da Liderança de Governo, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pela Resolução nº 372/2021, sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Paulo e contando com a presença dos Senhores Deputados Márcio Pacheco - Relator, Célia Jordão e Waldeck Carneiro - membros efetivos e do Senhor Deputado Alexandre Freitas membro suplente, convocados conforme edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, no dia dezoito de agosto passado. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente comunicou que o objetivo desta reunião seria debater, interativamente, os pontos a serem desenvolvidos no relatório final da CPI e citou que a reunião final para a votação do relatório, deverá ser realizada no dia 27 de setembro. Em seguida, falou sobre a importância do documento final que deverá sintetizar todo o trabalho já realizado e, também, trazer propostas concretas e objetivas visando as instituições que participaram como as concessionárias, a ANP, a SEFAZ e os Ministérios Públicos Federal e Estadual. Em seguida, apontou os fatos relevantes que deverão ser considerados, tais como aprimoramento na legislação e fortalecimento da estrutura dos órgãos fiscalizatórios, entre outros. Após, sugeriu que na próxima semana possam debater os processos judiciais e administrativos inscritos, ou não, em dívida ativa, e passíveis de acordo entre a PGE e as concessionárias de petróleo e gás no tocante à ICMS. Prosseguindo, concedeu a palavra ao Relator, Deputado Márcio Pacheco, que elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Deputado Luiz Paulo à frente da Comissão, e falou sobre o reflexo desse trabalho que já está apresentando resultados favoráveis ao Rio de Janeiro, já que as entidades envolvidas já começaram a se mobilizar. Após, apresentou a equipe de assessores que o ajudou na coleta do intenso material e na elaboração da minuta do Relatório Final hoje apresentada, citando os Senhores Vinícius Peixoto, Ricardo Ramos, Ricardo Binato, Diego Frade, todos da NUPEC - Núcleo Universitário de Pesquisas, Estudos e Consultoria e a assessora Aline Caliman do seu gabinete. Após as intervenções que tiveram a participação de todos, o Senhor Presidente, citou que após a leitura da minuta e das teses levantadas o importante é colocar tudo no papel, podendo se contar com a experiên-

cia da Doutora Magda Chambrind, do Doutor Rodrigo Neves e, também, do representante da OMPETRO, Senhor Marcelo Neves que esteve presente a todas as reuniões. Antes de encerrar colocou em votação a emissão pela secretaria da Comissão de Ofícios à PGE e SEFAZ sobre os 276 milhões de m3 de gás extraído e não declarados, e o envio da coletânea de projetos de lei da sua autoria, sobre dever de contumaz, à PGE para que eles deem o entendimento jurídico e sugeriu a criação de um grupo de trabalho com membros da sua assessoria, da assessoria do Relator e do Deputado Waldeck Carneiro e mais os representantes da NUPEC que deverão se reunir para acompanhar o andamento do relatório. Após, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente franqueou a palavra e, como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, João Carlos dos Santos Barreto, matrícula 200.833-2, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Em, 23 de agosto de 2021. (a) João Carlos dos Santos Barreto - Secretário; (a) Deputado Luiz Paulo - Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR OS CASOS DE DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(RESOLUÇÃO Nº 379/2021)

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos, na sala número trezentos e onze do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 379/2021, para a realização da 3ª Reunião Ordinária, sob a Presidência da Senhora Deputada Renata Souza - Vice-Presidenta, no exercício da presidência, e com a presença do Senhor Deputado, Danniel Librelon - Relator, convocado conforme edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, no dia vinte e nove de junho passado. Havendo número regimental, a Senhora Presidente deu início à sessão, informando que os demais membros da Comissão encontravam - se em outra reunião com o Presidente da ALERJ, Deputado André Ceciliano. Após comunicou que o objetivo da presente reunião seria ouvir as mães de algumas crianças desaparecidas, como a Senhora Luciene Torres; Senhora Flávia Cristina Nunes Barcelos; Senhora Luana Fernandes da Silva; Senhora Lúcia Helena Lúcio Fernandes, Senhora Neli Adriana da Silva e a Senhora Helena Elza de Figueiredo da Silva. Após anunciar a presença das mães, a Senhora Deputada Renata Souza informou que as mães dos três meninos desaparecidos em Belford Roxo não puderam comparecer pois estavam em outra reunião com o Dr. Uriel Machado, Delegado Titular da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense - DHBF, com representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Deputado Alexandre Knoploch, Presidente da CPI. Em seguida, a Senhora Presidente passou a palavra para o Deputado Danniel Librelon que fez suas considerações iniciais, saudou, agradeceu a presença das mães e colocou que o trabalho da CPI consiste em amenizar a situação dilacerante que as famílias vivenciam. A Senhora Presidente agradeceu a fala do Relator e discorreu sobre a importância de ouvir os relatos trazidos por essas mães que até hoje estão sem notícias do paradeiro de seus filhos, humanizar o debate para que políticas públicas possam ser propostas ao final dos trabalhos com um relatório robusto, passando a palavra para inicialmente, à Senhora Luciene Torres, que discorreu sobre o caso da sua filha desaparecida há onze anos. A seguir agradeceu, como Presidente do Grupo Mães Virtuozas do Brasil, aos Deputados da Comissão por abraçarem a causa do desaparecimento de crianças, de forma diferenciada. Passada a palavra para o Deputado Danniel Librelon, que iniciou uma rodada de perguntas para Senhora Luciene, que prontamente respondeu os questionamentos. Posteriormente a Senhora Presidente passou a palavra para Senhora Flávia Cristina Nunes Barcelos, que agradeceu a oportunidade de ter voz na Comissão e relatou sua história, externando a dor de uma mãe que tem um filho desaparecido. Com a palavra, a Sra. Lúcia Helena Fernandes, mãe do Lucas Fernandes Silva, desaparecido em 27 de junho de 2015, que relatou dificuldades em fazer o boletim de ocorrência nas primeiras horas, só conseguindo registrar dois dias após o desaparecimento. Retomando a palavra, a Senhora presidente agradeceu o relato de todas as mães presentes e passou a palavra para a Senhora Nelli Adriana da Silva, que trouxe o relato de sua experiência, que teve sua filha desaparecida e encontrada no período de cinco meses. Em continuidade a Senhora Presidente agradeceu nominalmente as convidadas que trouxeram relatos importantíssimos, cheios de dor, diante de tamanha negligência por parte do Estado. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente suspendeu a reunião, cujo inteiro teor está contido nas notas taquigráficas em anexo e, para que eu, Christianne Mellye Pinheiro Diniz Gonsalves, matrícula 201.482-7, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, 01 de julho de 2021. (a) Christianne Mellye Pinheiro Diniz Gonsalves - Secretária; (a) Deputada Renata Souza - Vice-Presidenta.

(Notas Taquigráficas)

Pauta: Ouvir as mães das crianças desaparecidas.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Às 10h do dia 1º de julho de 2021, na qualidade de vice-presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os casos de desaparecimento de crianças e suas consequências no Estado do Rio de Janeiro, e contando com a presença do Sr. Deputado Danniel Librelon, relator desta CPI - os demais deputados estão a caminho, porque estão em uma reunião com o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado André Ceciliano -, dou por abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária, que tem por objetivo ouvir as mães das crianças desaparecidas.

Temos a presença de Luciene Torres, Flávia Cristina Nunes, Luana Fernandes da Silva, Lúcia Helena Fernandes, Neli Adriana da Silva e Helena Elza de Figueiredo da Silva.

É importante ressaltar que foram convidadas as mães das crianças desaparecidas em Belford Roxo, mas elas ficaram inviabilizadas de vir à nossa oitiva porque foram convidadas pelo delegado da Delegacia de Homicídios da Baixada para serem ouvidas hoje, junto com o Ministério Público e a OAB. Entendemos que, por óbvio, seria importante essas mães virem à Alerj participar com seu relato na CPI das crianças desaparecidas. É por isso também que hoje o presidente desta CPI, Alexandre Knoploch, não está presente; ele foi até a delegacia da Baixada acompanhar se há alguma novidade nesse sentido, e também se colocar à disposição dessas mães que não têm notícias do paradeiro de suas crianças.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Danniel Librelon para fazer suas considerações iniciais, antes de começarmos a ouvir as mães presentes.

O SR. DANNIEL LIBRELON - Obrigado, Sra. Presidente, todos os presentes e os que têm acompanhado pela TV Alerj. Quero agradecer a presença de todas as mães envolvidas nessa causa tão importante e tão nobre de nosso Estado, diante de uma triste realidade que se tem estendido há tantos anos. Nós, através desta CPI, procuramos amenizar e resolver, de uma vez por todas, essa situação que vem dilacerando famílias fluminenses.

Através da mãe da Luciene Torres, cumprimento todas, e fazer com que através desta CPI a voz de cada uma das senhoras aqui presentes venha a ser ouvida. Que possamos também entender de que forma podemos traçar metas, objetivos através da CPI para auxiliar todas as mães que necessitam do nosso apoio.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Muito obrigada, Sr. Relator, Deputado Danniel Librelon.

É muito importante ouvir as mães que estão até hoje sem notícias do paradeiro de suas crianças. Para o relatório final desta

CPI, esses relatos são importantes e essenciais, além de humanizar um debate que é tão importante e fundamental para que a gente possa provar políticas públicas de superação dessa lógica muito dolorida, onde no âmbito das crianças desaparecidas você não tem um retorno satisfatório do próprio Estado. Ouvir a voz dessas mães também traz para nós, que somos fiscalizadores e legisladores, uma necessidade de reorganizar o nosso trabalho a partir do que as senhoras trouxeram para a gente do que foi o cotidiano. Ainda que seja doloroso, ainda que seja de remoer na cabeça e na memória de vocês uma dor absurda, nós esperamos que vocês possam contribuir com esta CPI para que a gente possa organizar nossos trabalhos.

Gostaria de convidar a Sra. Luciene Torres para fazer uso da palavra. A senhora dispõe de dez minutos.

Sra. Luciene, eu gostaria que a senhora se apresentasse, e qual o grupo de mães que a senhora representa, porque a gente sabe que essa luta é também coletiva. Muito obrigada pela sua presença.

A SRA. LUCIENE TORRES - Bom dia a todos!

Meu nome é Luciene Torres, tenho uma filha desaparecida há onze anos, já caminhando para doze. Eu quero agradecer a esta Casa e ao Deputado Danniel Librelon, que abraçou essa causa. Eu conheci ele lá na Baixada e foi com um pedido de socorro. Nesses onze anos, eu já vi começar CPI que não deu em nada.

E, também, assim, nós vimos o Deputado Alexandre Knoploch também abraçou a causa de uma maneira muito diferenciada. Ele usou uma frase que chamou muito a nossa atenção, que é: "Eu preciso saber por que essas crianças somem e essas mães não têm resposta." E é essa a nossa esperança.

Eu escrevi aqui alguma coisa para não esquecer, porque nesse momento a gente acaba ficando nervosa.

Quero agradecer pela CPI, por essa existência muito importante na nossa história. Eu, como mãe de uma menina desaparecida, que não recebeu nenhuma pensão do poder público para tê-la de volta, sei o quanto essa comissão pode evitar que outra mãe seja tão ignorada como eu fui.

Não acho que estou sendo exagerada. O delegado da época me mandou esperar porque ele ia atender a uma outra denúncia, de um carro roubado. Eu sai daquela delegacia com a sensação de que um carro tinha muito mais valor do que minha filha. Não é diferente hoje, tanto que a gente tem um cadastro único de carro roubado, mas não caminha com o cadastro de pessoas desaparecidas. Um carro roubado vale muito mais que uma vida. Isso foi há muito tempo, mas lamento avisar vocês que nada mudou. Até hoje as mães escutam a mesma coisa.

Os três meninos da Baixada também tiveram a busca imediata negada. A gente esteve lá, as Mães Virtuozas do Brasil, instituição da qual sou presidente, em Belford Roxo, e essas mães só fizeram o boletim de ocorrência no mesmo dia porque eram três crianças e a mãe forçou uma barra. Mas, levou três dias pra chegar na FIA, ao conhecimento da FIA, e foi a mãe que levou ao conhecimento da FIA, não foi a delegacia. Embora o Deputado Danniel Librelon já tenha feito uma emenda sobre a Lei da Busca Imediata, que a gente pode fazer o BO em qualquer delegacia, mas, sendo criança e adolescente, tem que ser passado pra FIA. Só que eles passam a hora e o dia que eles querem.

A vida está valendo muito pouco. Ter um filho desaparecido é acordar com esperança e dormir com a dor. Dia após dia eu vivo assim: Natal, Ano Novo, aniversário, noite fria; todos os dias são iguais, só dor. Se esta CPI conseguir que o policial que está na ponta, no primeiro atendimento dê o devido respeito e não nos julgue, não culpe as mães, e siga o que determina a lei, essa comissão já terá valido a pena.

Ressalto, a nossa dor é inimaginável para os senhores, claro, mas a empatia é possível. Nos ajudem. Para a nossa causa acontecer, precisamos de olhos realistas que façam valer essa nossa caminhada.

Eu me sinto muito honrada de estar aqui representando essas mães. Posso assegurar a vocês que a gente tem um número muito mais expressivo de desaparecidos do que nos mostram. Seguramente, estatisticamente, a gente tem mais de 84mil desaparecidos, mas, como a gente faz trabalho na rua conscientizando a população sobre o desaparecimento, a gente acaba encontrando outras pessoas que têm pessoas desaparecidas na família e nem BO fizeram. Então, eu creio que esse número supera os 100mil.

O que eu espero desta Casa é que faça valer nossos direitos, o direito de ir e vir. Minha filha foi e não teve esse direito; esse direito dela foi impedido de voltar. Não sou só eu que vivo essa dor. Nós temos aqui a Flávia, a filha dela sumiu com três aninhos; hoje a Vitória já está com nove anos; a Flávia também passou pela mesma coisa que a gente, e a gente vê que a história só se repete.

Eu queria agradecer vocês e dizer da importância do Alerta Pri na nossa história. Eu vim até conversando com as mães e disse que até um morador de rua hoje tem celular. Então, eu acredito que minha filha, ou a filha da Flávia, ou de outra mãe que tenha acesso a um celular, ela vai ver que está sendo procurada; por isso, a importância desse alerta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Muito obrigada, Sra. Luciene Torres. Agradeço não só a sua força, mas a sua disposição de continuar a luta. Eu queria que a senhora pudesse nos dizer o nome da sua filha, o local que ela desapareceu e os entres. A senhora falou da dificuldade na própria delegacia, num primeiro momento, para o registro, que teve ali o delegado dizendo que estava numa ocorrência de desaparecimento de um carro. Quero aqui já deixar minha solidariedade à senhora, porque a vida de nenhuma criança pode ser comparada a um carro ou pode ser efetivamente sujeitada a outro tipo de ocorrência. Estamos falando de crianças, estamos falando de uma vida. Quero deixar minha solidariedade à senhora.

Quero também ressaltar, Deputado Danniel Librelon, a nossa disposição não só de continuar acompanhando, mas evitar que outras crianças desapareçam. Quando a senhora faz referência ao trabalho do Deputado Danniel Librelon, isso já demonstra o quanto de tempo que há nessa outra.

Então, eu gostaria que a senhora dissesse o nome da sua filha, com quantos anos ela estaria hoje, onde ela desapareceu e qual delegacia, à época, que a senhora tentou fazer o registro de ocorrência, por favor.

A SRA. LUCIENE TORRES - O nome da minha filha é Luciane Torres da Silva. Num domingo de manhã, ela foi numa padaria bem próxima da minha casa; na época, eu morava no Km 32 em Nova Iguaçu. Como ela demorou e a padaria era muito próxima - eu achei que ela estava demorando muito - minha filha mais velha foi atrás dela. Ela não tinha o hábito de ir na padaria, mas, naquele dia, ela acordou muito eufórica porque...

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Qual ano?

A SRA. LUCIENE TORRES - Foi em 2009. 30/08/2009.

Ela estava muito feliz, porque estava com o sobrinho. Era o primeiro sobrinho. Ele acabou puxando o cabelo dela e ela acordou. E ela quis ir à padaria. E aí em seguida, uns seis a sete minutos depois eu falei assim para a minha filha mais velha: "Sua irmã está demorando muito, a padaria é muito perto para ela estar demorando tanto". E a minha filha me entregou meu neto, foi procurar. Quando a minha filha chegou e disse que não tinha encontrado ela em lugar nenhum, eu pedi que anunciassem no... na hora eu falei para a minha filha: "Roubaram a sua irmã". E a minha filha pediu para ser anunciado e o meu vizinho falou, "Eu vi ela sendo levada por um homem de bicicleta". E a gente se concentrou muito ali no 32, na Praça do 32 procurando. Enquanto isso, o homem ia ganhando distância. Fomos à delegacia de Comendador Soares e aconteceu isso na delegacia: quando nós chegamos, chegou um rapaz que tinham roubado o carro dele, o outro levou uma facada, o outro brigou sei lá com quem, e a gente lá esperando. Depois fizeram BO e falaram que iam investigar. Só.

Vimos para casa. No dia seguinte, esse homem foi preso, chegou a ser... porque a gente começou a andar por ali no domingo